

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO para o cargo de
Procurador Municipal

PROVA
S03 - P
TARDE

ATENÇÃO:
Verifique se o tipo de prova deste caderno de questões confere com o seu cartão de respostas.



TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE DO ESCRITOR MACHADO DE ASSIS PARA EXAME GRAFOTÉCNICO

"A arte de viver consiste em tirar o maior bem do maior mal."

ATENÇÃO

● **DURAÇÃO DA PROVA:** 4 horas e 30 minutos.

● **ESTE CADERNO CONTÉM 60 (SESSENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 5 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C, D e E – CONFORME DISPOSIÇÃO ABAIXO, e PROVA DISCURSIVA:**

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor de cada questão
Língua Portuguesa	10	1
Legislação Municipal	5	2
Direito Administrativo	15	2
Direito Constitucional	15	2
Direito Civil e Processo Civil	5	2
Direito Tributário	10	1

● **VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.**

● **RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.**

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

- Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material enquanto aguarda o horário de início da prova.
- Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio.
- Não haverá substituição do Cartão de Respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
- Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e Folha de Resposta da Prova Discursiva. Não se esqueça dos seus pertences.
- A Prova Discursiva deverá ser desenvolvida na Folha de Respostas, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha de Respostas da Prova Discursiva é o único documento válido para a correção.
- O preenchimento da Folha de Respostas será de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

www.funcab.org

Leia o texto a seguir e responda às questões propostas.

A sociedade brasileira não se comporta à altura de suas transformações. Se por um lado aceita que as mulheres já não estejam nos papéis que tradicionalmente exerciam, [por outro] essa aceitação é mais teórica do que prática, na medida em que não oferece as infraestruturas necessárias ao pleno aproveitamento pelas mulheres das liberdades e direitos que teoricamente conquistaram.

As empresas se transformaram profundamente. Modernizaram sua tecnologia e métodos de gestão para tornarem-se competitivas e ajustarem-se às exigências da globalização. Mexeram em seus horários em função dos interesses da produção, mas mantiveram-se, em sua esmagadora maioria, cegas e alheias à existência da vida privada de seus empregados. Parques industriais de última geração não rimam com o impressionante atraso no tratamento do que chamam de capital humano.

Se atualmente, em raras empresas, já é aceitável que uma mulher reivindique tempo parcial para dedicar-se à família, sem que isso a desqualifique aos olhos do empregador, o mesmo não acontece com um homem. No caso improvável de uma reivindicação desse tipo, [ele] seria certamente percebido como portador de alguma característica pelo menos insólita. O que é uma dupla injustiça, porque condena os homens à imobilidade e à impossibilidade de mudança de mentalidade e de vida, e as mulheres a assumir sozinhas a vida familiar.

Os poderes públicos, tão indiferentes quanto as empresas, continuam a encarar as instituições de acolhida a crianças e idosos como se fossem não a obrigação de uma sociedade moderna e civilizada, mas como um favor feito às mulheres.

Os argumentos do custo exagerado dessas instituições e do seu peso insuportável em orçamentos precários fazem com que a obrigatoriedade do Estado de oferecer as melhores condições de instrução e educação desapareça enquanto prioridade. Quando o Estado declara essas instituições excessivamente caras, o que ele não gasta ou economiza gastam as mulheres em seus nervos, configurando uma das maiores e mais escandalosas instâncias de exploração do trabalho humano que a história conhece.

Mais surpreendente e ofensiva é a maneira arrogante com que a questão é tratada, ou melhor, descartada, devolvida à vida privada como um problema de negociação conjugal. Ainda hoje as instituições públicas e os tempos de funcionamento da sociedade estão pensados contando com a disponibilidade a tempo integral de uma mulher que educa os filhos, ocupa-se do resto da família e cuida

da burocracia doméstica.

Em relação à vida privada, não mudaram as mentalidades e, conseqüentemente, as responsabilidades não são compartilhadas. Se fossem, forçariam a reorganização do mundo do trabalho.

(OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. *Reengenharia do tempo*. Rio: Rocco, 2003, p. 67, 68.)

Questão 01

A argumentação desenvolvida no texto está orientada no sentido de persuadir o leitor a concluir que:

- A) Os poderes públicos no Brasil não investem em instituições de acolhida a crianças e idosos a fim de deixar as mulheres mais livres para se realizarem profissionalmente.
- B) No trabalho os homens não gozam das mesmas prerrogativas concedidas por algumas empresas às mulheres, o que os impede de colaborar na vida familiar.
- C) Se, no Brasil, ambos os membros do casal compartilhassem as tarefas da vida familiar, ocorreria com toda a certeza a reorganização do mundo do trabalho.
- D) A sociedade brasileira teoricamente já aceita as mudanças advindas de um novo papel da mulher, mas, na prática, essas mudanças ainda são irrelevantes.
- E) O Estado se exime de amparar crianças e idosos porque quer deixar a responsabilidade da divisão do trabalho doméstico a critério da negociação conjugal.

Questão 02

Em relação ao ponto de vista expresso em: "A sociedade brasileira não se comporta à altura de suas transformações." (§ 1), o que se enuncia no período imediato tem, na argumentação, o seguinte papel:

- A) comparar.
- B) exemplificar.
- C) generalizar.
- D) justificar.
- E) concluir.

Questão 03

Todos os adjetivos a seguir traduzem uma avaliação ou valoração pessoal da autora em relação a um fato a que ela se refere, EXCETO aquele que se lê em:

- A) esmagadora maioria (§ 2)
- B) impressionante atraso (§ 2)
- C) mais escandalosas instâncias (§ 5)
- D) maneira arrogante (§ 6)
- E) instituições públicas (§ 6)

Questão 04

Há evidente equívoco na indicação da passagem do texto a que faz referência o pronome destacado em:

- A) “[...] QUE teoricamente conquistaram.” (§ 1) / as mulheres
- B) “[...] para tornarem-SE competitivas [...]” (§ 2) / as empresas
- C) “[...] sem que ISSO a desqualifique [...]” (§ 3) / reivindicar tempo parcial para dedicar-se à família
- D) “[...] e do SEU peso insuportável [...]” (§ 5) / o custo exagerado dessas instituições
- E) “[...] o que ELE não gasta ou economiza [...]” (§ 5) / o Estado

Questão 05

Altera-se o sentido fundamental de: “Mexeram em seus horários em função dos interesses da produção, mas mantiveram-se, em sua esmagadora maioria, cegas e alheias à existência da vida privada de seus empregados.” (§ 2) com a substituição proposta em:

- A) em sua esmagadora maioria / majoritariamente
- B) da produção / produtivos
- C) mas / não obstante
- D) mantiveram-se / se hajam mantido
- E) em função de / em detrimento de

Questão 06

Em: “Mais surpreendente e ofensiva é a maneira arrogante com que a questão é tratada, OU MELHOR, descartada, devolvida à vida privada como um problema de negociação conjugal.” (§ 6), a locução em destaque introduz:

- A) explicação.
- B) discriminação.
- C) retificação.
- D) especificação.
- E) concessão.

Questão 07

Altera-se o sentido de: “[...] essa aceitação é mais teórica do que prática, NA MEDIDA EM QUE não oferece as infraestruturas necessárias ao pleno aproveitamento pelas mulheres das liberdades e direitos que teoricamente conquistaram.” (§ 1) com a substituição do conectivo em destaque por:

- A) visto como.
- B) haja vista que.
- C) tanto que.
- D) dado que.
- E) uma vez que.

Questão 08

A alternativa em que a substituição da forma verbal em destaque pela forma proposta não implica em erro de concordância é:

- A) “[...] essa aceitação é mais teórica do que prática, na medida em que não OFERECE as infraestruturas necessárias[...]” (§ 1) / oferecem
- B) “[...] condena [...] as mulheres a ASSUMIR sozinhas a vida familiar.” (§ 3) / assumirem
- C) “[...] fazem com que a obrigatoriedade do Estado de oferecer as melhores condições de instrução e educação DESAPAREÇA [...]” (§ 5) / desapareçam
- D) “Em relação à vida privada, não MUDARAM as mentalidades [...]” (§ 7) / mudou
- E) “Se fossem, FORÇARIAM a reorganização do mundo do trabalho.” (§ 7) / forçaria

Questão 09

As gramáticas do português desautorizam o deslocamento do pronome átono proposto em:

- A) “A sociedade brasileira não se comporta à altura [...]” (§ 1) / comporta-se
- B) “As empresas se transformaram profundamente.” (§ 2) / transformaram-se
- C) “Modernizaram sua tecnologia [...] para tornarem-se competitivas [...]” (§ 2) / se tornarem
- D) “[...] mas mantiveram-se [...] cegas e alheias [...]” (§ 2) / se mantiveram
- E) “[...] reivindique tempo parcial para dedicar-se à família [...]” (§ 3) / se dedicar

Questão 10

A proposta de reescrita do complemento verbal ou nominal em que o emprego do acento grave no “a” é facultativo encontra-se em:

- A) “[...] e ajustarem-se às exigências da globalização.” (§ 2)/ a exigências da globalização
- B) “[...] para dedicar-se à família [...]” (§ 3) / a sua família
- C) “[...] porque condena os homens à imobilidade [...]” (§ 3) / a persistirem na imobilidade
- D) “[...] mas como um favor feito às mulheres.” (§ 4) / a elas, mulheres
- E) “Em relação à vida privada [...]” (§ 7) / a uma vida a dois

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 11

Nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica do Município de São Mateus – ES, uma cópia do orçamento do exercício vigente deverá ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo até que dia do mês de janeiro?

- A) 01
- B) 05
- C) 10
- D) 15
- E) 31

Questão 12

Segundo o artigo 103 da Lei Orgânica do Município de São Mateus – ES, salvo se licenciado pela Câmara Municipal, o Prefeito não poderá se afastar do cargo, sob pena de perda do mandato, por mais de:

- A) 5 (cinco) dias.
- B) 10 (dez) dias.
- C) 15 (quinze) dias.
- D) 20 (vinte) dias.
- E) 30 (trinta) dias.

Questão 13

Em relação ao arresto, sequestro ou penhora dos vencimentos dos servidores públicos do Município de São Mateus – ES, segundo o disposto no artigo 115 da Lei nº 237/1992, é correto afirmar que:

- A) o arresto e o sequestro são vedados, mas não há qualquer restrição em relação à penhora.
- B) são vedados, salvo, dentre outras hipóteses, quando se tratar de dívida junto à Fazenda Pública Estadual.
- C) são permitidos sem qualquer restrição.
- D) são permitidos, desde que não implique manifesto prejuízo ao servidor.
- E) são vedados em todos os casos.

Questão 14

Nos termos do artigo 138 da Lei nº 237/1992, a gratificação de assiduidade concedida a servidor efetivo da Prefeitura Municipal de São Mateus corresponde a qual percentual do vencimento do servidor?

- A) 5% (cinco por cento).
- B) 10% (dez por cento).
- C) 15% (quinze por cento).
- D) 20% (vinte por cento).
- E) 25% (vinte e cinco por cento).

Questão 15

Sobre o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SIMMA, instituído pela Lei nº 637/2007, é correto afirmar:

- A) Na execução da Política Municipal de Meio Ambiente e coordenação do Sistema Municipal de Meio Ambiente, caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) a cobrança de tarifas para utilização de recursos ambientais.
- B) É constituído somente pelos órgãos e entidades da administração direta do Município de São Mateus – ES.
- C) A sua coordenação é realizada pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de São Mateus – COMDEMA.
- D) A atuação dos órgãos que o compõem não deve ocorrer de forma integrada, permitindo que os problemas ambientais sejam solucionados em maior escala.
- E) O seu órgão superior é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Questão 16

A respeito do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar:

- A) Citado o servidor indiciado, ainda que por edital, se decorrido o prazo legal sem apresentação da defesa, não pode este ser considerado revel.
- B) Sindicância é procedimento prévio e indispensável para a demissão do servidor.
- C) A lei autoriza o afastamento preventivo de servidor que tenha supostamente praticado falta funcional, a fim de que ele não venha a influir na apuração da irregularidade.
- D) A ação disciplinar prescreverá em 2 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
- E) Não se admite a instauração de processo administrativo disciplinar em razão de acumulação ilícita.

Questão 17

Considerando as diversas definições sobre o conceito de ato administrativo, marque aquela que se coaduna com as práticas atuais.

- A) É a declaração do Estado ou de quem lhe faça as vezes, no exercício de prerrogativas públicas e privadas, manifestada mediante providências jurídicas complementares à lei, a título de lhe dar cumprimento e sujeitas a controle de legitimidade por órgãos jurisdicionais.
- B) É toda manifestação bilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria.
- C) É a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos mediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.
- D) É a exteriorização da vontade dos agentes da Administração Pública ou de seus delegatários nessa condição que sob regime de direito público vise à produção de efeitos jurídicos, com o fim de atender ao interesse público.
- E) É toda manifestação de vontade do Estado, que gere efeitos jurídicos relativos a finalidade pública, porém regidos sob normas de direito público, direcionados aos administrados.

Questão 18

Patrícia Moreira, professora do Estado do Espírito Santo em estágio probatório, integrou o grupo de grevistas que promoveu uma das maiores paralisações no sistema de educação no Estado em 2013. Além de ter seu ponto cortado, foi sumariamente exonerada do cargo público, sob o argumento de faltas injustificadas por mais de 30 dias consecutivos e de não ter cumprido com suas funções estatutárias, nos requisitos de assiduidade e responsabilidade, caracterizando falta grave. Tal fato foi comunicado ao Sindicato da categoria que, mesmo após várias tentativas de acordo administrativo, não obteve êxito. Diante disso, Patrícia Moreira, em medida judicial pertinente, deverá alegar que:

- A) a participação em movimento grevista não caracteriza, por si só, falta grave, em que pese não haver legislação específica para o exercício do direito de greve de servidor público.
- B) só a participação em movimento grevista não caracteriza falta grave, mesmo porque a ausência de legislação específica para o exercício do direito de greve pelo servidor público não a impede de exercê-lo, face à manifestação do STF de que a Lei Geral de Greve da iniciativa privada poderá ser exercida pelo servidor público no que couber, sendo, portanto, legítima a sua participação em tal situação e, por esta razão, não configurar falta grave, devendo, pois, ser anulada a sua exoneração.
- C) no caso em questão, exerceu o direito de greve nos termos e limites estabelecidos por lei específica pertinente a servidor público.
- D) o preceito constitucional reconheceu o direito de greve ao servidor público civil de forma ilimitada.
- E) passados vários anos da promulgação da Constituição de 1988, foi editada lei específica, que lhe garante o direito de paralisação automática de suas atividades.

Questão 19

Carlos Said e sua família, moradores do imóvel situado no bairro de Vargem Grande – ES há mais de 30 anos, propuseram ação de usucapião em face da Caixa Econômica Federal. Em defesa, a Caixa Econômica Federal alega serem os seus bens imprescritíveis e, por isso, não podem ser objeto de usucapião, em razão da sua natureza de Empresa Pública e que, dentre os seus objetivos, sobressai o de conceder empréstimos e financiamentos para a população, assim atuando em função delegada do Poder Público. Nessa esteira, a Caixa Econômica Federal desempenha atividade tipicamente estatal, pública, conforme se constata nos objetivos definidos em seu Estatuto. Como base nessa afirmativa de defesa, assinale a opção correta.

- A) Não assiste razão à Caixa Econômica Federal, posto que as empresas públicas têm natureza jurídica de direito privado, regendo-se pelas normas comuns às demais empresas privadas, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, da Constituição Federal e, por isso, seus bens não estão imunes à aquisição por usucapião.
- B) Assiste razão à Caixa Econômica Federal que, atuando nessa qualidade, os bens imóveis que passarem a integrar seu patrimônio, advindos de adjudicação em virtude de procedimento expropriatório, não podem ter outra conotação senão a de bens públicos e, por isso, imprescritíveis, eis que destinados ao cumprimento da determinação legal consignada em seu estatuto, que é a de atender as necessidades sociais da população na qualidade de principal órgão executor da política pública habitacional do País.
- C) Assiste razão à Caixa Econômica Federal, visto que seus bens estão afetados ao serviço público e, por isso, indisponíveis.
- D) Não assiste razão à Caixa Econômica Federal, pois o conceito de bem público foi estabelecido pelo artigo 98 do Código Civil, que dispõe: “são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”. Logo, se a Caixa Econômica Federal não é pessoa jurídica de direito público, seus bens são particulares e, portanto, usucapíveis.
- E) Bens pertencentes a sociedade de economia mista podem ser adquiridos por usucapião, com a anuência do Presidente da República.

Questão 20

A respeito da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta.

- A) A Administração Direta Federal é composta pela União e suas respectivas autarquias.
- B) A Administração Indireta é integrada somente por pessoas jurídicas de direito público.
- C) A Administração Indireta é exercida de forma centralizada.
- D) União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios são pessoas jurídicas de direito público com autonomia política, administrativa e financeira e compõem a Administração Direta.
- E) A Administração Pública é formada pela União e seus Estados-membros.

Questão 21

O Município X pretende fazer concurso para procurador. A lei que criou o referido cargo exige, como requisito para o seu acesso, o título de bacharel em Direito. Considerando a sua competência discricionária, o Prefeito regulamentou a lei, por meio de decreto próprio, no sentido de passar a exigir, também, o título de especialização em Direito Administrativo. Instaurado o concurso, João impugna o edital por não ser detentor do referido título de especialização. Considerando o texto hipotético apresentado, assinale a opção correta.

- A) O ato administrativo (o edital) poderá inovar a ordem jurídica.
- B) Os requisitos para ingresso no serviço público não de estar previstos em lei de iniciativa do Poder Executivo.
- C) Somente caberia a exigência por ocasião da posse.
- D) As normas do edital são válidas por ser o título de especialização em Direito Administrativo de fundamental importância para o exercício da função administrativa.
- E) Tal exigência insere-se na órbita do mérito administrativo para efeito de verificação de experiência profissional.

Questão 22

No que diz respeito aos princípios da Administração Pública, assinale a opção correta.

- A) A administração pode, por simples ato administrativo, impor obrigações a terceiros, extinguir e criar direitos.
- B) O princípio da impessoalidade, por outro lado, não admite atenuações, como por exemplo no tocante à possibilidade de imposição de limite de idade e sexo, para concorrer a concurso público.
- C) A publicidade é, inegavelmente, um pressuposto de eficácia do ato administrativo.
- D) Nenhum ato precisa ser motivado, se não houver previsão legal.
- E) Em homenagem ao princípio da autotutela, a administração também pode revogar os atos legais, por se apresentarem inconvenientes e inoportunos, mas com à interferência do Judiciário.

Questão 23

Acerca do controle judicial dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Segue o princípio da jurisdição una ou única.
- B) Só pode o ato ser atacado na via judicial, após a exaustão obrigatória da via administrativa, por determinação constitucional.
- C) Só é admitido, se houver prévia garantia de instância.
- D) Não comporta o exame do mérito, ainda que quanto à sua conformação aos motivos e à finalidade.
- E) Restringe-se, apenas, aos aspectos da legalidade formal.

Questão 24

Considere o regular firmamento de contrato administrativo, cujo objeto é a realização de obra de engenharia no valor total de R\$ 300.000,00. Iniciada a execução pela contratada, sobrevém redução de ICMS, que ocasiona a redução do custo do contrato. A Administração determina a redução do valor do contrato. A empresa contratada se recusa a fazê-lo, sob o argumento de que o ato é do próprio Estado e que, por isso, não poderia dar ensejo à alteração contratual. De acordo com a hipótese apresentada, é correto afirmar que houve:

- A) força maior.
- B) caso fortuito.
- C) fato da administração.
- D) fato do príncipe.
- E) fato imprevisível.

Questão 25

É de se ficar atento, pois o recurso de revisão jamais será intempestivo pelo simples fato de que, a qualquer tempo, poderá ser impetrado. Não há lapso temporal para sua utilização. Aparecendo um fato novo, é possível questionar tudo que foi feito em relação ao processo administrativo disciplinar de servidor público. O recurso em tela denomina-se:

- A) revisão.
- B) pedido de reconsideração.
- C) pedido extraordinário.
- D) recurso hierárquico próprio.
- E) recurso hierárquico impróprio.

Questão 26

A teoria adotada pela Constituição Federal para regular a responsabilidade civil do Estado chama-se:

- A) teoria da culpa anônima.
- B) teoria do risco integral.
- C) teoria civilista da culpa administrativa.
- D) teoria do risco administrativo.
- E) teoria mitigada da culpa administrativa.

Questão 27

Marcelo Alves, policial do Estado do Espírito Santo, em serviço em dia de semana, ao passar por uma rodovia, constatou um assalto e foi imediatamente abordar o meliante dentro dos parâmetros estabelecidos pela Segurança Pública do Estado. O meliante fugiu com outro bandido que o esperava no acostamento em veículo próprio. Marcelo, vendo que não os alcançaria, correndo, parou o veículo de Maria Rosa que teve que sair, entregando-o a Marcelo. O fato, em si, representa:

- A) requisição administrativa.
- B) ocupação temporária do veículo.
- C) limitação administrativa.
- D) desapropriação.
- E) servidão administrativa.

Questão 28

O Município de São Mateus, tendo a necessidade de construir novas moradias populares para a população, cumprindo assim seu múnus constitucional, inicia processo de desapropriação em determinado loteamento particular, visando ao atendimento de seu objetivo. Diante do fato, pode-se concluir que tal desapropriação é:

- A) desapropriação urbanística.
- B) desapropriação por zona.
- C) desapropriação por interesse social.
- D) desapropriação rural.
- E) desapropriação indireta.

Questão 29

Morador do Estado do Espírito Santo foi atingido pelo Estado através do apossamento administrativo em seu imóvel para fins de construção da Rodovia ES-XXXX. Considerando o texto hipotético, marque a alternativa correta.

- A) O proprietário poderá ajuizar ação possessória uma vez que não houve comunicação prévia ao apossamento administrativo.
- B) O proprietário poderá ajuizar ação indenizatória e ainda pedir o sobrestamento da obra.
- C) O apossamento administrativo, por ser de interesse público, é legal e, por isso, não cabe ação possessória, sendo-lhe devido única e exclusivamente a indenização pela desapropriação indireta.
- D) A desapropriação indireta é ilegal, pois não cumpre os requisitos previstos no Decreto-Lei nº 3.365/1941.
- E) A desapropriação indireta deverá ser sobrestada e retornar ao estado *quo ante*, para obedecer às regras da legislação em vigor, não cabendo ao Estado o cometimento de atos contrário ao sistema jurídico.

Questão 30

O julgamento das propostas no procedimento licitatório há de ser feito de acordo com os critérios fixados no edital. Sendo este, o princípio do(a):

- A) julgamento objetivo.
- B) vinculação ao instrumento convocatório.
- C) legalidade.
- D) adjudicação compulsória.
- E) impessoalidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 31

Considerando a Constituição de 1988, a doutrina e a jurisprudência constitucionais, assinale a opção correta.

- A) Consoante visão do STF, é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
- B) Para o STF, a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
- C) Conforme o STF, é lícita a prisão civil de depositário infiel.
- D) De acordo com o STF, não viola a garantia constitucional de acesso à jurisdição a taxa judiciária calculada sem limite sobre o valor da causa.
- E) Segundo a Constituição de 1988, será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Questão 32

Conforme a Constituição de 1988, pode editar súmula vinculante:

- A) Tribunal Superior do Trabalho.
- B) Superior Tribunal de Justiça.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Conselho Nacional de Justiça.
- E) Tribunal de Justiça.

Questão 33

Analise as alternativas a seguir e assinale a correta, no que tange à jurisprudência constitucional do Supremo Tribunal Federal.

- A) A garantia da irretroatividade da lei pode ser invocada pela entidade estatal que a tenha editado.
- B) Não ofende o princípio da concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- C) É inconstitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.
- D) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados independe de autorização destes.
- E) Ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.

Questão 34

Considerando a Constituição de 1988, a doutrina e a jurisprudência constitucional do STF, é correto o que se afirma em:

- A) Norma que subordina convênios, acordos, contratos e atos de Secretários de Estado à aprovação da Assembleia Legislativa não ofende o princípio da separação de poderes.
- B) A obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas ofende os princípios constitucionais da isonomia e da liberdade associativa.
- C) Os direitos e garantias individuais têm caráter absoluto.
- D) É inconstitucional norma do Estado ou do Distrito Federal que disponha sobre proibição de revista íntima em empregados de estabelecimentos situados no respectivo território.
- E) A Comissão Parlamentar de Inquérito pode decretar prisão temporária.

Questão 35

Considerando a Constituição de 1988, a doutrina e a jurisprudência constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) O Sistema jurídico brasileiro não admite controle de constitucionalidade de leis na modalidade difusa.
- B) Segundo o STF, o mandado de segurança pode ser usado como sucedâneo de ação popular.
- C) Pessoa jurídica tem legitimidade para propor ação popular, consoante o STF.
- D) O *habeas corpus* tem a finalidade específica de assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- E) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

Questão 36

É apontada pela doutrina pátria como constituição brasileira escrita, outorgada e semirrígida:

- A) a Constituição de 1824.
- B) a Constituição de 1891.
- C) a Constituição de 1937.
- D) a Constituição de 1946.
- E) a Constituição de 1967.

Questão 37

Considerando o tema processo legislativo e, ainda, a doutrina e a jurisprudência constitucionais, assinale a opção correta.

- A) É permitida pela Constituição a edição de medida provisória sobre matéria referente a direito processual penal.
- B) Na visão do STF, a iniciativa de leis que versem sobre matéria tributária é concorrente entre o chefe do Poder Executivo e os membros do Legislativo.
- C) Para a jurisprudência moderna do STF, a sanção presidencial a projeto de lei convalida vício formal subjetivo de iniciativa.
- D) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação ao Senado Federal de projeto de lei subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional.
- E) É permitida pela Constituição a edição de medida provisória que vise à detenção ou sequestro de bens, de poupança popular ou qualquer outro ativo financeiro.

Questão 38

No que tange ao tema controle de constitucionalidade e, considerando ainda, a doutrina e a jurisprudência constitucionais, assinale a opção correta.

- A) Os municípios figuram no rol de entidades legitimadas para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
- B) Os partidos políticos, desde que possuam representação no Congresso Nacional, podem, em sede de controle abstrato, arguir, perante o STF, a inconstitucionalidade de atos normativos federais, estaduais ou distritais, independentemente de seu conteúdo material, eis que não incide sobre as agremiações partidárias a restrição jurisprudencial derivada do vínculo de pertinência temática.
- C) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- D) Lei ou norma de caráter ou efeito concreto já exaurido pode ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade, em ação direta de inconstitucionalidade, segundo o STF.
- E) Na visão do STF, a súmula de jurisprudência, por apresentar as características de ato normativo, está sujeita à jurisdição constitucional concentrada.

Questão 39

Tendo em vista o tema Administração Pública na Constituição de 1988 e, ainda, a doutrina e a jurisprudência constitucionais, assinale a opção correta.

- A) O Supremo Tribunal Federal fixou jurisprudência no sentido de que o exame psicotécnico pode ser estabelecido para concurso público desde que por lei, tendo por base critérios objetivos de reconhecido caráter científico, devendo existir, inclusive, a possibilidade de reexame.
- B) A nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, não viola a Constituição de 1988.
- C) A Constituição permite expressamente a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- D) É permitido ao Poder Judiciário aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia, segundo o STF.
- E) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime próprio de previdência social.

Questão 40

Segundo a Constituição de 1988, compete privativamente à União legislar sobre:

- A) previdência social.
- B) juntas comerciais.
- C) assistência jurídica e defensoria pública.
- D) direito agrário.
- E) direito financeiro.

Questão 41

O poder constituinte atribuído aos Estados-membros para se auto-organizarem é chamado pela doutrina de:

- A) originário.
- B) revolucionário.
- C) derivado decorrente.
- D) repristinatório.
- E) derivado difuso.

Questão 42

Considerando o tema Poder Executivo e o texto constitucional vigente, assinale a alternativa correta.

- A) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados nestes os em branco e os nulos.
- B) A eleição do Presidente da República não importará a do Vice-Presidente com ele registrado.
- C) O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.
- D) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.
- E) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.

Questão 43

De acordo com a Constituição de 1988, a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados, deve ser julgada, originariamente, pelo:

- A) Superior Tribunal de Justiça.
- B) Conselho Nacional de Justiça.
- C) Tribunal Regional Federal.
- D) Conselho da Justiça Federal.
- E) Supremo Tribunal Federal.

Questão 44

A partir dos temas Poder Judiciário e funções essenciais à administração da justiça e considerando a Constituição, a doutrina e a jurisprudência constitucionais, assinale a alternativa correta.

- A) Segundo o STF, a garantia da inamovibilidade, conferida pela Constituição aos magistrados, aos membros do Ministério Público e aos membros da Defensoria Pública pode ser estendida, por ato normativo estadual, aos procuradores do Estado.
- B) O ingresso na carreira da magistratura, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, se dá mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação.
- C) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.
- D) Compete à Justiça do Trabalho o julgamento de causas envolvendo o Poder Público e seus servidores estatutários.
- E) A Justiça Comum Estadual é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

Questão 45

Assinale a alternativa correta.

- A) No que pertine à estabilidade, a constituição flexível não se compatibiliza com a forma escrita, ainda que seu eventual texto admitisse livre alteração do conteúdo por meio de processo legislativo ordinário.
- B) A Constituição de 1988 é semirrígida, dado que prevê determinados tipos de normas que não podem ser alteradas, as chamadas cláusulas pétreas.
- C) Há hierarquia entre normas constitucionais originárias, o que motiva a declaração de inconstitucionalidade de umas em face de outras.
- D) A Constituição elaborada por uma assembleia constituinte livremente escolhida pelo povo classifica-se, quanto à origem, como outorgada.
- E) Diz-se que uma constituição é rígida quando seu texto somente pode ser alterado por processos, solenidades e exigências formais diferentes das leis infraconstitucionais.

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

Questão 46

Assinale a alternativa correta a respeito da mora no Direito Civil.

- A) Os juros de mora não prescindem de previsão contratual expressa para sua incidência.
- B) A propositura de ação de revisão contratual inibe a caracterização da mora do autor.
- C) Os juros de mora são indevidos quando não se tratar de obrigação pecuniária.
- D) Não incorre em mora o devedor ao qual inexistir fato ou omissão imputável.
- E) O devedor em mora responde, nesse período, pelo caso fortuito, mesmo se constatado que o dano era inevitável.

Questão 47

Sobre o direito de preferência que tem o locatário de, em igualdade de condições com terceiro, adquirir o imóvel locado, é correto afirmar:

- A) Não se aplica aos casos de dação em pagamento e de doação.
- B) Estando o imóvel sublocado em sua totalidade, a preferência do locatário tem prioridade sobre a do sublocatário.
- C) O direito de preferência do locatário tem prioridade sobre o do condômino.
- D) O locatário preterido em seu direito de preferência não pode haver para si o imóvel locado, mas tem direito a indenização por perdas e danos.
- E) Quando se trata de alienação de mais de um imóvel além do locado, o direito de preferência incide sobre a totalidade dos bens objeto da alienação.

Questão 48

No direito do consumidor, o prazo de decadência para reclamar de vícios do produto, segundo a jurisprudência do STJ:

- A) não corre durante o período de garantia contratual.
- B) não pode ser obstado por mera notificação extrajudicial.
- C) só flui após o termo final do prazo de prescrição.
- D) deve ser observado para preservação do direito a indenização por acidente de consumo.
- E) não afeta o direito à redibição do contrato de consumo.

Questão 49

Da decisão do Desembargador relator que, em agravo de instrumento, defere efeito suspensivo da decisão recorrida que acolhia o direito da agravada, é cabível:

- A) agravo interno.
- B) recurso especial.
- C) mandado de segurança.
- D) apelação.
- E) incidente de demanda repetitiva.

Questão 50

Na hipótese de sentença disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico no dia 13/11/2013 (quarta-feira) e considerada a ausência de expediente forense apenas no dia 15/11/2013 (sexta-feira) e nos fins de semana, assinale a alternativa que corresponde ao termo final do prazo para a Fazenda do Município apresentar recurso de apelação:

- A) 16/12/2013 (segunda-feira).
- B) 17/12/2013 (terça-feira).
- C) 11/12/2013 (quarta-feira).
- D) 05/12/2013 (quinta-feira).
- E) 28/11/2013 (quinta-feira).

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 51

Em relação ao Poder de Tributar, previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- A) A União pode instituir imposto sobre a renda auferida pelo Município.
- B) Os Municípios podem exigir ou aumentar os tributos sem lei que os estabeleça.
- C) Não há vedação quanto à utilização do tributo com efeito de confisco.
- D) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
- E) A União pode tributar renda das obrigações da dívida pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Questão 52

Compete aos municípios instituir impostos sobre:

- A) transmissão de bens *causa mortis*.
- B) transmissão de bens *inter vivos*.
- C) produtos industrializados.
- D) operações relativas à circulação de mercadorias.
- E) grandes fortunas.

Questão 53

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é da competência dos Estados. Contudo, nos termos da Constituição Federal de 1988, uma porcentagem do produto da arrecadação do referido imposto pertence aos Municípios nos quais os veículos estão licenciados. Qual seria essa porcentagem?

- A) 10% (dez por cento).
- B) 20% (vinte por cento).
- C) 30% (trinta por cento).
- D) 40% (quarenta por cento).
- E) 50% (cinquenta por cento).

Questão 54

A União NÃO é competente para legislar sobre tributos que versem a respeito de:

- A) doação de quaisquer bens ou direitos.
- B) importação de produtos estrangeiros.
- C) renda e proventos de qualquer natureza.
- D) propriedade territorial rural.
- E) títulos ou valores mobiliários.

Questão 55

Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta.

- A) É vedada sua progressividade em razão do valor do imóvel.
- B) A sua competência originária pertence aos Estados, embora a competência residual seja dos Municípios.
- C) São admitidas a sua progressividade fiscal e extrafiscal.
- D) As alíquotas devem ser uniformes, independentemente da localização e o uso do imóvel.
- E) É vedada sua progressividade no tempo.

Questão 56

O artigo 150, inciso II da Constituição Federal de 1988 determina que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tratamento distinto entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente. No referido dispositivo, encontra-se consagrado o Princípio da:

- A) uniformidade tributária.
- B) igualdade e da capacidade contributiva.
- C) progressividade.
- D) anterioridade.
- E) não diferenciação tributária.

Questão 57

Nos termos do artigo 174 do Código Tributário Nacional, a ação para cobrança de crédito tributário prescreve em:

- A) 1 (um) ano.
- B) 2 (dois) anos.
- C) 3 (três) anos.
- D) 4 (quatro) anos.
- E) 5 (cinco) anos.

Questão 58

Em relação ao sujeito passivo tributário, nos termos dos artigos 121 e seguintes do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- A) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- B) O sujeito passivo da obrigação principal é denominado responsável quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- C) Não são solidariamente obrigadas as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.
- D) A capacidade tributária passiva independe de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
- E) As responsabilidades solidárias, em especial as previstas no artigo 124 do CTN, comportam o benefício de ordem.

Questão 59

Nos termos do artigo 8º da Lei nº 6.830/1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa das Fazendas Públicas, em que prazo, contado da citação, deverá o executado pagar a dívida, com os juros, a multa de mora e os encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução?

- A) 5 (cinco) dias.
- B) 10 (dez) dias.
- C) 15 (quinze) dias.
- D) 30 (trinta) dias.
- E) 60 (sessenta) dias.

Questão 60

Nos termos dos artigos 16 e 17 da Lei nº 6.830/1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, quais os prazos para oferecimento de embargos pelo executado e para sua respectiva impugnação pela Fazenda?

- A) 5 (cinco) e 10 (dez) dias.
- B) 10 (dez) e 20 (vinte) dias.
- C) 15 (quinze) dias para ambas as partes.
- D) 15 (quinze) e 30 (trinta) dias.
- E) 30 (trinta) dias para ambas as partes.

PROVA DISCURSIVA

No direito brasileiro, por força do disposto no art. 422, do Código Civil, “os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”.

Diante disso, discorra a respeito dos seguintes institutos derivados da boa-fé objetiva, formulando exemplos:

- *exceptio doli*.
- vedação do comportamento contraditório.
- *supressio*.
- *surrectio*.
- *tu quoque*.

Utilize até, no máximo, 30 (trinta) linhas para sua resposta.

RASCUNHO